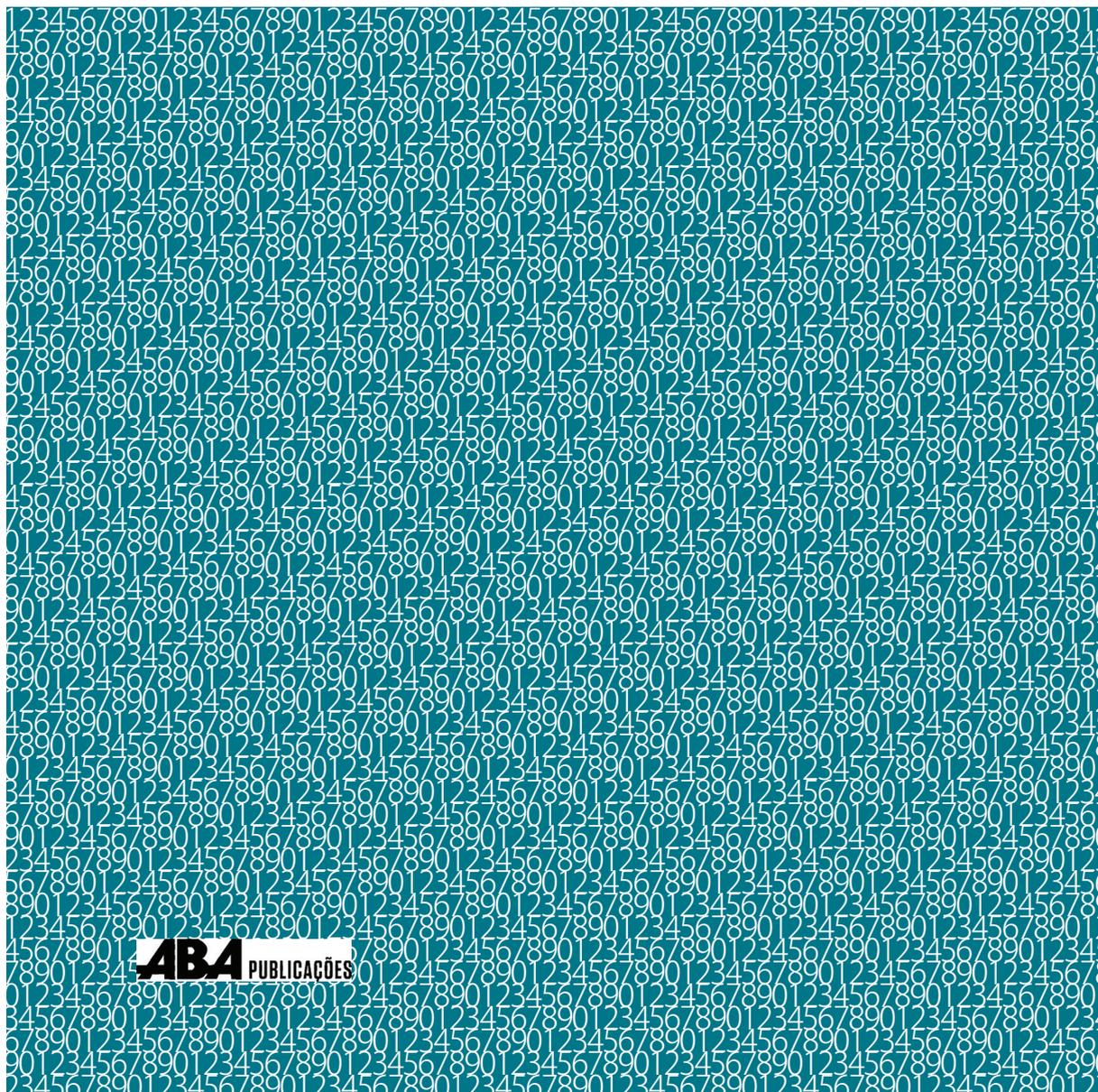


Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura

Jean Segata
Theophilos Rifiotis
(organizadores)



ABA PUBLICAÇÕES

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Presidente: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Vice-Presidente: Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Comissão de Projeto Editorial

Coordenador: Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Vice-Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Patrice Schuch (UFRGS)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

Patrícia Costa (revisão e normalização)

Conselho Editorial

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP)

Fábio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPE)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (UFAM)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

GRUPCIBER

Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia

Coordenador: Theophilos Rifiotis (UFSC)

Vice-coordenador: Jean Segata (UFRGS)

NECOM

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Comunicação do BOM JESUS/IELUSC

Coordenadora: Maria Elisa Máximo (IELUSC)

P769 Políticas etnográficas no campo da cibercultura / organizadores

Jean Segata, Theophilos Rifiotis. – Brasília : ABA

Publicações ; Joinville : Editora Letradágua, 2016.

208p.

ISBN 978-85-7802-074-3

1. Antropologia. 2. Cibercultura. 3. Etnografia. I. Segata, Jean (org.). II. Rifiotis, Theophilos (org.). III. Título.

CDD 301

Capítulo 3

DOS CIBERNAUTAS ÀS REDES

Jean Segata

Há duas décadas, a publicação de *Welcome to Cyberia*, de Arturo Escobar anunciava um desafio – o estudo da cibercultura. Os tópicos de uma antropologia disposta a compreender as importantes transformações da vida social na virada do milênio deveriam incluir o investimento etnográfico nos processos que articulavam campos da *tecnossocialidade* e da *biossocialidade*. Para Escobar (1994) – traduzido nesta coletânea – Capítulo 1, a cibercultura era articulada entre os processos de construção sociocultural associados às tecnologias da computação e da informação e os desdobramentos da biopolítica, que ganhavam novos contornos como uma nova ordem de produção da vida, da natureza e do corpo através de intervenções tecnológicas fundamentadas na biologia. A longa pauta de estudos formulada no seu artigo abriu diversas frentes de discussão, pois dialogava com um número significativo de campos e de temas em início de construção e de debate na antropologia e em outras disciplinas. O fim do século XX ficou marcado pelo interesse que se instalava em torno do papel da ciência para a construção da realidade, do universo das próteses, das modificações genéticas e dos ciborgues, das controvérsias em torno das novas tecnologias reprodutivas e seus efeitos simbólicos e jurídicos e, singularmente, da introdução de computadores e da internet na vida cotidiana. Contudo, diferentemente da elasticidade da ideia de cibercultura e sua capacidade de articulação desses temas, a

introdução desse debate no Brasil se deu por meio de frentes localizadas. Ainda que com muitas exceções, boa parte da discussão sobre a emergência de novas tecnologias reprodutivas passa a ser introduzida em campos como o de família e relações de gênero e seus diálogos com a antropologia da ciência. Biossocialidade desdobra-se no interior da antropologia da saúde e da doença, especialmente em suas críticas a biomedicina e a genetização da identidade. Por fim, a cotidianização de computadores e outros dispositivos ligados à internet formam um lugar de disputa entre disciplinas como a filosofia, as artes, a sociologia, a antropologia e, sobretudo, a comunicação. O foco deste capítulo diz respeito a esse último ponto e responde pelo modo como a antropologia se inseriu nessa disputa em torno da discussão sobre os efeitos da emergência de computadores e internet. O meu lugar de fala é situado no GrupCiber – Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia do PPGAS-UFSC, que abraçou o desafio de estudar etnograficamente a cibercultura, firmando-se como um dos primeiros esforços no Brasil em se inscrever nessa agenda de estudos, ainda em 1996. Assim, eu na primeira parte do texto narro algumas experiências do grupo a respeito do desafio etnográfico sugerido por Arturo Escobar. Com isso, remonto a questões que giram em torno da primeira década de trabalhos do GrupCiber, marcada por encontros e desencontros entre antropologia e comunicação e o esforço para constituição e consolidação do campo da antropologia do ciberespaço. Na sequência, eu apresento um processo de refinamento teórico-metodológico que constituirá a segunda década de trabalhos do grupo, especialmente a revisão de categorias como rede e rede socio-técnica, a partir de um diálogo com a obra de Bruno Latour. Assim, é a partir de minha inserção neste grupo que eu apresento um percurso, não exclusivo, que inclui disputas próprias da constituição e consolidação de um novo campo para a disciplina, com seus diálogos interdisciplinares e escolhas metodológicas¹.

¹ Este capítulo reúne e amplia reflexões, argumentos e críticas presentes em artigos anteriores, como “A inventividade da rede”, publicado na Revista Rastros (2013), “*A etnografia como promessa e o ‘efeito Latour’ no campo da cibercultura, publicado na Ilha – Revista de Antropologia*”

A CYBERIA E O CIBERNAUTA

Em meados dos anos de 1990, época em que foi publicado *Welcome to Cyberia*, as ciências sociais no Brasil viviam o calor das discussões sobre uma transição dos estudos da comunicação de massa, seus meios e efeitos na esfera pública – bastante valorizados a partir dos trabalhos de MacLuhan (1969) e Habermas (2003) – para as novas discussões sobre uma “sociedade em rede” que materializava-se pelo emprego de computadores conectados à internet (NEGROPONTE, 1995; CASTELLS, 1996). Esse era o mote para se anunciar uma espécie de novo paradigma ou “nova era” – uma era digital ou da informação – cujo centro era a *Comunicação Mediada por Computador*². Nessa mesma época, no Brasil, as discussões sobre o uso de tecnologias para modificação e controle da natureza deram início

(2014) e o seu homônimo, “Um efeito ciber na antropologia”, publicado na revista *Florestan*, (2016). Cada qual cumpriu o papel de narrar elementos destacados de um percurso do GrupCiber que aqui busco reunir. A eles ainda foram incorporadas parte de um trabalho apresentado no “Simpósio 65 – Antropología y cibercultura: políticas etnográficas en redes sociotécnicas”, organizado por Theophilos Rifiotis e Arturo Escobar, no *IV Congreso Latinoamericano de Antropología*, na Cidade do México, entre 07 e 10 de outubro de 2015. Agradeço aos organizadores e aos participantes desse simpósio pelos valiosos comentários e críticas que foram incorporados a texto. Igualmente, agradeço aos colegas de GrupCiber pelas importantes discussões produzidas em nossas reuniões.

² Em trabalhos resultantes de nossas pesquisas no GrupCiber sistematizamos algumas das consequências desse movimento, que incluía o pós-humano e a Inteligência Artificial, especialmente a partir de Turkle (1989) e Haraway (2000) e, sobretudo, uma polarização que marcou profundamente o debate nas ciências sociais, na filosofia e na comunicação ao longos dos anos de 1990: os *apologéticos*, com sua perspectiva positiva sobre a nova era que se abria com a internet e que tinha como o principal porta-voz o filósofo Pierre Lévy e sua *inteligência coletiva* (2003) e a visão negativa e catastrofista de *apocalíticos*, como Paul Virilio (1999) ou Jean Baudrillard (2003) e suas ideias de simulacro e hipermassificação como consequência da internet – ver Rifiotis (2010; 2012; 2014) e Segata *et al.* (2011) Ver também Lemos (2002), que oferece uma importante sistematização do *movimento cibercultura*, desde os anos de 1980. A participação da antropologia nesse debate era bastante esparsa até os anos de 1990 e de um modo geral inexistente no Brasil até aquele momento. A formação do GrupCiber, em meados daquela década, trouxe assim um duplo pioneirismo: a inserção da antropologia nessa discussão, sobretudo no seu investimento etnográfico nesse campo interdisciplinar e, por conseguinte, a sua introdução na antropologia brasileira (MÁXIMO, 2010; RIFIOTIS *et al.*, 2010). Trata-se, portanto, de uma trajetória que vai das metrópoles às redes sociotécnicas e da etnografia aos questionamentos da “netnografia” (MÁXIMO, 2010, 2012; AMARAL *et al.*, 2008). Sobre Netnografia ver Hine (2000; 2005) e Kozinets (2010). Uma sistematização crítica sobre o tema, pode ser encontrado em Rifiotis *et al.* (2012).

à formação do campo do campo da *biossocialidade*, tendo como referência Michel Foucault e Paul Rabinow, como também, a relação com a *Teoria Ator Rede* e os *Science Studies* motivou a criação do campo da *Antropologia da Ciência e da Técnica*. Mas, diferentemente do caminho articulado por Escobar em sua agenda de estudos da cibercultura, no Brasil, esses campos se constituíram e se consolidaram de forma um pouco independente. Mais que isso, na Cyberia à moda brasileira, a relação entre *tecnossocialidade* e *biossocialidade* foi deslocada para uma relação entre a tecnossocialidade e o campo da comunicação e seus “novos” processos midiáticos.

O campo da comunicação era marcado por posições iminente-mente polarizadas entre aqueles que, para usar de um trocadilho com uma fórmula de Umberto Eco, eram tratados como apocalípticos ou integrados. Os apocalípticos eram aqueles que viam nas novas tecnologias digitais o simulacro, o esvaziamento das relações sociais ou a hiperindividualização, como era o caso das análises de Paul Virilio ou Jean Baudrillard. Já a posição dos integrados ou apologéticos, era a de que esse cenário das novas tecnologias digitais traria a democratização, a soma, a desterritorialização e o diálogo entre culturas, novamente, tendo como referência emblemática o filósofo Pierre Lévy. A questão é que a comunicação estava pensando esses efeitos em abstrato e a participação da antropologia nesse debate era firmada nos aspectos vivenciais desse momento, por meio da etnografia. Ao invés de qualificarmos as novas tecnologias digitais como boas ou ruins, destrutivas ou agregativas, buscávamos as pessoas e as suas práticas cotidianas. Mas, para isso se tornar viável, optamos por um recorte muito particular nesse campo, que tornou a *cibercultura*, para nós, *conscientemente*, um projeto especializado que ficou centrado na internet e nos seus dispositivos e que nos serviu como *locus privilegiado* para o desenvolvimento e consolidação de uma especialidade conhecida no Brasil como *antropologia do ciberespaço* (RIFIOTIS, 2010). Se a redução de um amplo debate que constituía o que Escobar compreendia cibercultura em favor de uma “antropologia do ciberespaço” foi a nossa estratégia de entrada nesse campo, tivemos com isso, que responder não apenas às demandas da comunicação, mas às

novas questões que eram postas internamente na disciplina. Um grupo de pesquisa disposto a fazer etnografia em plataformas de jogos *on-line*, *blogs*, *relay chats*, *orkut*, *twitter* ou sobre políticas públicas para democratização do digital, criogenia ou medicalização de animais de estimação, precisava estar disposto a um duplo desafio – o desenvolvimento de estratégias de pesquisa para contextos inéditos na disciplina e, ao mesmo tempo, o da disposição em responder às desconfiças de nossos próprios pares³. A questão a ser superada era a de que no início de nossos trabalhos a própria disciplina nos demandava convencimentos de que era possível a pesquisa antropológica no ciberespaço ou no campo mais amplo da cibercultura. Entre muitos do questionamentos, o ponto crítico naquele momento, era o de convencer nossos pares de que “havia gente” no ciberespaço; que não se tratavam apenas de algoritmos e programações ou o que mais coubesse naquela ideia de dados ou *fluxos de informação* próprios da linguagem e do campo da tecnossocialidade. Nisso, vale lembrar que o texto de Escobar foi publicado em 1994 – o mesmo ano em que a internet começou a ser comercializada no Brasil (e por conseguinte deixa de ser reduzida aos fluxos informacionais de fins científicos e militares para se configurar como um meio e forma de comunicação, pesquisa, lazer, comércio, enfim, o que caberia no jargão de “vida social”). No entanto, o processo de amplificação ou popularização da internet ainda levaria alguns anos, pelo menos até a virada do milênio e o lançamento da sua versão 2.0, quando então começava a ficar

³ A “promessa” do GrupCiber frente às demandas metodológicas nesse campo sempre foi etnográfica, incluindo a observação participante, a permanência do pesquisador em campo, a análise de discursos, narrativas e performances, etc. Cada estratégia de pesquisa foi pensada a partir das configurações que o próprio campo demandava, já que o GrupCiber acompanhou a própria dinâmica de desenvolvimento das novas tecnologias digitais e sua inserção no Brasil. Assim, tivemos etnografias sobre ambientes de interação/jogos (GUIMARÃES JR. 2000), listas de discussão (MÁXIMO, 2002), blogs (MÁXIMO 2006), e as ditas redes sociais, como o Orkut (SEGATA, 2008a), o *Twitter* (PETRY, 2009) ou os bots (LUNG, 2012) e, mais recentemente, alguns investimentos se deram no campo de políticas públicas para a internet e a sua relação com movimentos sociais (PETRY, 2013), com a arte digital (MALGARIN FILHO, 2014), com as relações multiespécies (SEGATA, 2012a, 2012b, 2012c, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b) ou as controvérsias em torno do estatuto de vida no contexto da técnica da criônica (CIRICO; GARCIA 2015), alargando a abrangência da cibercultura, nos aproximando de alguma maneira, do projeto original de Escobar (1994).

mais evidente que a internet não poderia ser reduzida apenas a um *novo meio de comunicação*. Assim, para contrapor a redução da internet a um novo meio de comunicação e valorizar a ideia de que ela constituía um “espaço de relação social” foi preciso construir “um novo nativo cibernético” – o cibernauta. Sua principal característica era a de ter a sua vida envolvida com computadores e internet. Ele seria a prova de que ali “havia gente” e isso justificava a reivindicação de uma antropologia naquele espaço.

Nesse caminho de construção de uma antropologia no ciberespaço, o trabalho de Maria Elisa Máximo desempenhou um papel fundamental. Entre o ano 2000 e 2002, ela fez uma etnografia em listas de discussão que eram constituídas por intermédio de uma ferramenta que associava endereços de *e-mail*. Um coordenador permitia a inscrição e assim, a participação na lista. Aquela estudada pela autora reunia, justamente pesquisadores da cibercultura – daí o seu nome ser *Lista de Discussão Cibercultura* e o seu objetivo o de trocar informação ou dados sobre suas pesquisas (MÁXIMO, 2002). A questão é que, como Máximo mostrou em sua etnografia, não havia apenas a circulação de dados e informações, mas a negociação de regras de pertença naquele espaço – com as restrições negociadas pelo grupo sobre o que poderia ou não ser publicado, o que estava era *topic* ou *off-topic* – e isso não era regra programada pela ferramenta nem parte da “informação” trocada, mas um acordo em constante discussão entre os próprios membros da lista, o que formava uma espécie de *etiqueta*. Assim, situações de crise se instalavam quando as regras eram quebradas; alguns membros podiam ser excluídos ou advertidos, como também havia momentos de descontração quando as brincadeiras eram avalizadas pelo grupo. Em termos gerais, a autora mostrou que não haviam apenas dados ou fluxos de informação acadêmica sobre a cibercultura, mas um espaço de sociabilidade que requeria a constante manutenção de suas formas organizacionais e simbólicas, por meio da negociação do que ela chamou de *regras de fala* (MÁXIMO, 2002). Isso foi um salto muito importante para a consolidação desse projeto de antropologia do ciberespaço, pois passou a reduzir radicalmente a distância entre aquilo que era tomado como a “vida real” e aquilo que era tomado como a “vida digi-

tal”. A primeira embebida do calor das paixões da vida social e a segunda mergulhada na frieza das programações computacionais. O borramento entre a realidade e virtualidade também já era motivo de contestação na primeira dissertação produzida no GrupCiber e defendida no ano 2000. Tratava-se da etnografia realizada por Mario Lopes Guimarães Junior em um “ambiente virtual” chamado *Palace*. Partindo de uma *descrição sociotécnica*, centrada no desenvolvimento de *avatares*, ele procurou mostrar como se dava a relação entre projetistas de *software* e os usuários de “corpos virtuais”. O seu trabalho, analisou, assim, o modo como a relação entre “cultura/tecnologia” ou entre “projetista/usuário” ultrapassava a utilidade instrumental, produzindo efeitos nos modos de sociabilidade *online*. O seu esforço, nesse e em outros trabalhos, foi o de dissolver a dicotomia destas categorias, justamente ao se focar nos processos sociais que elas engendravam (GUIMARÃES JR., 2000; 2003; 2004). A diluição dessa fronteira, como ele argumentava (GUIMARÃES JR, 2003), trazia implicações tanto para a natureza da sociabilidade *on-line* quanto para os processos de desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Mas, não era só isso: a diluição das fronteiras entre *on-line* e *offline*, entre usuário e programador, entre local e global marcariam profundamente a própria natureza da análise antropológica que empreenderíamos nos nossos trabalhos – ver também Rifiotis nos Capítulos 4 e 5 deste livro.

Rememorar hoje os primeiros desafios sobre o investimento etnográfico que envolvia computadores e internet pode soar como anedótico e trivial, mas importa saber vivíamos em um período em que eles simbolizavam a ideia de virtual, que formava uma externalidade com razões próprias, no tom de uma “realidade menos real”. Junto dela, estavam as especulações em torno da artificialização da inteligência e as competências técnicas específicas para o uso de computadores, que davam o tom (e o temor) de algo maquínico e distante do humano passava a ganhar espaço entre nós. Pouco se estranhava a ideia de adjetivar ações ou coisas como sendo elas virtuais – como, por exemplo, realidade virtual, comunidades virtuais, namoros virtuais, etc. e desse modo, um antropólogo disposto a narrar um cenário composto por *interfaces*,

frames, avatares, bits, bytes, emoticons, nicknames, softwares, hardwares ou pixels estava fadado à desconfiança de muitos dos seus pares de que o que fazia não era antropologia, sob a acusação de um esvaziamento humano da etnografia (que nessa lógica, significava o esvaziamento do próprio social, já que o tipo de questionamento de sua redução ao humano ainda não era um ponto crítico da disciplina, tal como passaria a ser depois da repercussão dos trabalhos de Bruno Latour e outros autores). Com isso, por exemplo, por mais de uma vez foi preciso responder às críticas de que não haveria confiabilidade nos dados de “cibernautas”, à custa de que estando eles numa realidade virtual, a relação etnográfica ali estabelecida não ultrapassaria a mera simulação, “brincadeira” ou algo que simplesmente não seria “tão real”. O argumento amplamente acionado era o de que mediados por computador as pessoas poderiam dissimular, inventarem-se da forma que o quisessem e o antropólogo jamais saberia “da verdade” desse outro, porque lhe faltariam recursos metodológicos, como a análise de uma performance corporal, o contraste entre o dito e algum gesto, que eram prejudicados pela distância física. A questão é que um dos efeitos que essa desconfiança provocou não foi exatamente o desenvolvimento de técnicas etnográficas especiais para o ciberespaço – como era a expectativa e parte da disciplina e de outras que estavam em diálogo, como a comunicação. O que aconteceu foi o reverso: o exagero dessas limitações respaldou a necessidade de revisão de nossa confiança nas formas convencionais de etnografia, já que pareciam ancoradas em uma fé do antropólogo de que o encontro etnográfico *face a face* estivesse sob o seu controle (diferentemente daquele em *interface*). Assim, se a etnografia foi fundamental para situar melhor questões em torno da separação entre o real e o virtual, o local e o global, o *on-line* e o *off-line*, a pessoa e o personagem, o tradicional e a novidade, o ciberespaço, o cibernauta e a sua antropologia foram fundamentais para repensar a própria etnografia.

Outro exemplo que trago em favor desse argumento está ligado a etnografia que eu fiz em comunidades do Orkut, entre 2005 e 2007 (SEGATA, 2008a). O orkut foi um site que funcionou entre 2004 e 2014 e que era apresentado como uma *comunidade virtual de amigos*. Tratou-se de um protótipo para o que hoje chamamos de redes sociais

na internet, pois inovou ao reunir em uma única plataforma as discussões em grupos, típicas das listas, a troca de mensagens comuns aos *e-mails* e aos *chats*, a divulgação de textos e fotos como aquelas que já aconteciam nos *blogs* e nos *fotoblogs*. A questão é que no Brasil, por volta do ano 2000 em diante, a internet era tratada pela opinião pública como anúncio da novidade: ela era sinônimo da nova comunicação, dos novos amigos, dos novos amores ou dos novos lugares. Era corrente a ideia de que a internet conectava “você ao mundo”, desterritorializava, levava qualquer um para qualquer lugar sem sair de casa. Mas, a minha hipótese em relação ao Orkut era outra, eu passava a notar que havia nele dinâmicas que mobilizam a formação de grupos de antigos amigos, a partir da inscrição em comunidades que em razão de eventos ou lugares dos quais se havia separado, por tempo ou distância física. Apareciam aí a velha escola, o bairro ou a rua da infância, a banda preferida, etc. Ao invés de sair do local e ganhar o mundo, havia um investimento em “voltar” e o tipo de dinâmica de se inscrever nesses espaços e se adicionar a amigos, produzia um feixe de relação bastante circunscrito que punha em questão a ideia de rede global (SEGATA; 2008a; 2008b; 2010b).

Eu era um “nativo do orkut” antes de me tornar pesquisador dele, pois estava inscrito em uma comunidade chamada “Estudei no Regente Feijó” e em outra chamada “Lontras”, há algum tempo. A primeira fazia menção à única escola da cidade que emprestava o nome para a segunda. Era a escola na qual eu havia estudado, na pequena cidade de Santa Catarina, no sul do Brasil, em que eu havia vivido até sair da casa de meus pais para ingressar na universidade. Foi em ambas comunidades do Orkut eu conduzi minha etnografia. Nelas era permitido aos participantes a criação de tópicos de discussão que os envolvia em torno de alguma temática de interesse partilhado. Como exemplo destaca-se um desses tópicos, criado na comunidade “Estudei no Regente Feijó”, no qual se perguntava o ano no qual os participantes haviam ingressado na escola e quem eram os seus professores naquela época. Isso produziu uma série de respostas onde alguém, por exemplo, relatava que tinha estudado em 1953 e que o seu professor de matemática era João, que morava na esquina do Bar da Dona Maria, numa casa antiga e verde. Na sequência,

alguém entrava e dizia que o tal professor não havia trabalhado na escola naquele ano, mas apenas no seguinte e que não morava na casa antiga e verde, mas em uma outra, na esquina, que depois virou um bar. E outros entravam e postavam mais e mais detalhes que produziram um registro impressionante em termos de memória coletiva da cidade de Lontras e de sua dinâmica de desenvolvimento, entre os anos de 1940 e aqueles dias atuais. Por si só isso já era interessante, mas aquele foi um momento em que o orkut passou a conhecer os chamados *fakes* – entendidos como “perfis falsos”⁴. Havia ali um participante que se chamava Penisvaldo (que no Brasil tem uma conotação pejorativa de masculinidade) e que concretizava aquela imagem do estrangeiro de Simmel (2004a): ninguém sabia quem ele era pois além do nome pouco usual, ele se apresentava usando fotos de perfil que eram, na verdade, de um ator indiano. Mas, nas suas postagens ele sempre fazia questão enfatizar que ele nos conhecia e de que acompanhava o cotidiano da maior parte de nós, os participantes da comunidade, com frases como, “o professor de matemática daquela época tal pessoa. Mas e você, você está bem, te vi saindo da farmácia hoje, um pouco abatido, vestindo um belo casaco azul” ou ainda “comprou chocolate no mercado e nem dividistes comigo, hein”. A externalidade produzida entre real e virtual ou *on-line* e *off-line* passava a ser borrada quando ele trazia para o orkut as rotinas da cidade de Lontras e isso produzia importantes dramas que passavam a mobilizá-los, tanto no *site* quanto na cidade, em torno de “desmascará-lo”. Eu acompanhei conflitos na rua e discussões *on-line*, baseadas em trocas de acusações sobre quem seria Penisvaldo. Eu mesmo fui envolvido nesse drama chegando a ser duramente abordado em uma farmácia da cidade de Lontras, com injúrias de que eu seria o *fake*. Passados alguns meses, ele se revelou e, toda a dinâmica da comunidade, concentrada em desvendar a identidade de Penisvaldo, foi dissolvida, feito o segredo, na forma como Simmel (2004b) o analisa. O ciberespaço mais uma vez exagerava questões típicas da análise antropológica, como a noção de pessoa e formas de sociação, trazendo para a disciplina situações-limite que exigiam a revisão de suas ferramentas com a emergente

⁴ Para contestar a ideia de perfil falso, ver Segata (2010a).

cotidianização da internet e seus dispositivos. Com isso, aos poucos o nosso diálogo com o campo da comunicação passou a se fragilizar por conta de desencontros em torno da ideia de etnografia e de rede. Na comunicação, a etnografia era reduzida a um método de pesquisa sobre processos midiáticos a partir do olhar das pessoas e a rede ainda era pensada, nos termos da cibernética, como sistema fechado que era atualizado como sinônimo *world wide web* (“www”), constituindo-se como *objeto de pesquisa*. De nossa parte, passávamos a valorizar a ideia de rede no sentido latouriano de *ator-rede*, ou seja, como uma *estratégia metodológica* que permite reconsiderar a natureza da ação. Assim, seguindo essa proposta, passamos a clarificar a ideia de que o ator não é uma peça que já está no tabuleiro e que depois age. Ele não se refere exclusivamente aos humanos, pois a ação é pensada como um evento distribuído e não como uma rota que é medida em uma linha sucessiva, de causa e efeito. Em outros termos, não há de um lado “o ator humano” e de outro “o objeto não humano”, como não há a “agência humana” de uma forma particular e a “agência não humana” de outra. *Agência e ator-rede* são figuras de representação que tratam de uma distribuição e indefinição da origem da ação, que não cabe nos termos analíticos da intencionalidade ou da causação. Assim, se antes precisávamos convencer a antropologia de que no ciberespaço “havia gente”, agora passávamos a desafiá-la a recuperar a capacidade de dar um passo a mais nas descrições, fazendo aparecer suas associações com *hardwares*, programas e outros artefatos, sem determinar quem ou o que é sujeito ou objeto (SEGATA, 2009; 2013; 2015c; 2015d). Nesse ínterim, cabe ainda problematizar que o nosso investimento etnográfico se deu às custas de uma espécie de mimese das estratégias de pesquisa praticada em meios urbanos. Isso ajudou em termos operacionais e em ganho de confiança de nossos colegas antropólogos que “não viam gente no ciberespaço”⁵. Porém, essa estratégia nos conduziu a separar o sócio do técnico e, mais que isso, a tratar

⁵ As inspirações do grupo, de início, vinham da Escola de Chicago e da Escola de Manchester; da *sociabilidade* de Simmel (2006); das *redes* de Barnes (2009); chegando ao *campo de possibilidades* de Velho (1999) ou aos *pedaços, manchas e trajetos* de Magnani (2008). O que fazíamos em termos de estratégia etnográfica era mimetizar na internet os desafios, dilemas e perspectivas que foram centrais nas pesquisas antropológicas em meios

o primeiro como domínio dos humanos e de tudo o que dele se adjetivasse – como social, relação social, sociabilidade, etc, mantendo em segundo plano, o “técnico”, que respondia pelos hardwares, softwares e demais artefatos, que eram reduzidos então a uma espécie de novo cenário tecnológico com novas potências para a ação humana. Foi apenas a partir da aproximação com as críticas firmadas com a Teoria Ator-Rede que nossa etnografia passou a ser tratada em termos de rastreamento e descrição de associações entre humanos e não humanos, permitindo a extração de algumas consequências da ideia que fazíamos de pesquisar “redes sociotécnicas”. A esta altura, o cibernauta e a sua antropologia precisavam já eram coisas do passado.

A CAIXA PRETA DA REDE

Há um conhecido dispositivo que equipa aviões e locomotivas no auxílio à determinação de causas de acidentes, que é chamado de *caixa preta*. Esse dispositivo é composto de dois sistemas independentes – um gravador de voz que registra as conversas da tripulação e o som ambiente das cabinas e outro, que é um gravador de dados que registra a aceleração, a velocidade, a altitude, os ajustes de potência e outras tantas performances desses aparelhos. Em si, tanto a voz como os dados de performance não fornecem garantias causais, mas como ambos os sistemas operam com uma inscrição eletrônica de tempo é possível sincronizar os dois conjuntos de informação, de modo que eles passem então a produzir alguma explicação *a posteriori*. Há também outra *caixa preta*, que como se sabe, é uma metáfora para o que se conhece nas ciências sociais como *teoria dos sistemas*. Trata-se de

familiares e urbanos, em diálogo direto e aberto com as novas perspectivas que se abriam sobre *etnografia virtual e netnografia*, em autores como Luciano Paccagnella (1997), Christine Hine (2000, 2005), Steve Jones (1999), Daniel Miller & Don Slater (2000) ou Robert Kozinetz (2010). Mas, na medida em que nos púnhamos mais fortemente a sistematizar essa discussão metodológica, sobressaía-se a centralidade da ideia noção de rede sociotécnica em nossos trabalhos. E isso nos conduziria a um novo estágio de discussão, com forte inspiração nos *Science Studies*, notadamente, na forma em que Bruno Latour complexificou a discussão por meio da *Teoria Ator-Rede*.

uma estratégia teórico-metodológica utilizada na análise de ditos sistemas fechados, complexos, com estruturas internas desconhecidas. Nesse modelo, o que se tem à mão são os dados de entrada e de saída – os ditos *input* e *output*. Impossibilitados de uma descrição do processo de transformações nos dados de entrada, resta, nesse caso, por comparação àqueles de saída, a proposição de algumas hipóteses que na maior parte das vezes toma o próprio sistema como a explicação da mudança, pois o processo é interno e misterioso. Por outro lado, a caixa preta de aviões e locomotivas pode ser aberta e dispõe ao investigador os registros dos seus dispositivos. O dado que se busca nela é, assim, de natureza performática, que não está encerrado nas pontas – de um lado das qualidades e ações humanas ou de outro, das qualidades e ações do artefato. Trata-se de um evento onde a ação é distribuída entre elementos de diversas naturezas que compõem seus sistemas. Se, no primeiro caso os dados refletem a forma do próprio sistema, no segundo é exigido um longo trabalho de produção a partir da descrição minuciosa das diversas inscrições – humanas e não humanas – de um ator-rede.

Rede ou rede sociotécnica são termos que têm aparecido com certa frequência nos estudos mais recentes no campo da cibercultura. Empregados pela filosofia, sociologia, artes e notadamente em um diálogo entre a comunicação e a antropologia, nota-se que eles não são evocados com as mesmas qualidades. Por um lado, tomam a forma de *objeto a ser descrito*, de outro como *maneiras de descrever* um objeto. Sobre esse segundo aspecto, em especial, a Teoria Ator-Rede (ANT) tem trazido nos últimos anos contribuições significativas para um debate que reformula muitas das proposições gerais das ciências sociais e, por conseguinte, nos seus campos específicos de pesquisa, como é o caso da cibercultura. Fazia alguns anos que eu respondia que o que eu vinha pesquisando era a vida social das pessoas nas tecnologias e as tecnologias na vida das pessoas – e dizia que isso era pesquisar redes sociotécnicas. Alguns problemas com essa simples afirmação podem ser elucidativos. O primeiro deles é o do lugar do técnico da rede sociotécnica. A questão é que ficamos diante de uma semântica polarizada do técnico, que ora figura como coadjuvante ora como protagonista. Como coadjuvante, o

técnico é aquilo que permite inovações humanas – novas formas de se comunicar ou de se relacionar de um modo amplo. Ele engrandece a possibilidade do humano, desafia os seus limites e se mistura mesmo ao humano como no caso dos ciborgues – mas no fim, aparece sempre o humano como o agente, como aquele que faz, possibilitado pelo seu coadjuvante, o técnico. Retomando a etnografia que fiz a partir do orkut entre 2005 e 2006, posso exemplificar como o “programa orkut”, com os seus *bits*, *bytes* ou *pixels*, formavam na minha análise um lugar especial onde humanos poderiam se associar – uma espécie de cenário tecnológico. Por meio dele, “novas associações se faziam” conforme “novas possibilidades técnicas” iam aparecendo naquele programa. No meu entendimento, antes do orkut, outros programas faziam isso, como o *e-mail*, as listas de discussão, as salas de bate-papo ou os blogs; e outras viriam depois, como o twitter, por exemplo, com seus 140 caracteres. Enfim, eu pensava em um humano protagonista que cria novas técnicas e que permitia se recriar nelas num jogo assimétrico de regras “humano-agente e técnico-agido”. O sociotécnico seria então um rótulo dessa síntese que entendia o sócio como conjunto humano e o técnico como o conjunto das demais coisas, não humanas. Por vezes, minha análise invertia papéis, pensando o técnico como agente e o humano como agido, o que me levava de volta às discussões já presentes em parte da filosofia da tecnologia dos meados do século XX, que via nas novas criações humanas uma forma de dominação da máquina sobre o homem – o que passou a ser chamado de determinismo tecnológico. Em termos econômicos, eu olhava para essas conexões que eu chamava de redes sociotécnicas e via de um lado pessoas e de outros artefatos técnicos. Em outros casos, eu via pessoas se relacionando entre si no interior dos artefatos técnicos que eram tomados por redes. Cada nova “rede técnica” possibilitava novas redes de humanos e por isso fazia algum sentido falar também em “rede social”. Afinal de contas, diferentemente da cibernética, eu não via apenas dados passando naquelas redes técnicas, mas “relações entre humanos”. Como na crítica ampla de Bruno Latour, se o social foi confinado a um conjunto de laços entre humanos, aquelas eram então redes sociais! E isso tudo era muito confortável, pois o técnico sempre poderia ser ativado para explicar o social e mais confortável ainda era o fato de que o

social (o sócio) era sempre bom para explicar o técnico. Em outros termos, rede sociotécnica era uma ideia que juntava “rede técnica” e “rede social”. Como duas raquetes de um jogo de pingue-pongue o que as unia era a ação, que na verdade não figurava mais do que como a bolinha que era rebatida de um lado para o outro da mesa.

A crítica apresentada pela Teoria Ator-Rede desloca a análise das entidades – humanos ou artefatos e se fixa no que é produzido na ação. Não existe algo que seja por si só social. Social não é uma coisa. Mais importante do que pensar naquilo que reconhecemos por humanos e por não humanos é rastrear o modo como eles se associam e como essas associações geram efeitos que deslocam objetivos. Não importam os atores em si, seja lá quais forem as suas naturezas, o que importa são os efeitos que esses “atores” fazem fazer. A noção de ator não pode ser confundida com o sentido tradicional de “ator social”, uma vez um ator é tudo aquilo o que age, deixa traço, produz efeito no mundo, podendo se referir a pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas ou tudo isso simultaneamente: “[...] usar a palavra ator significa que nunca está claro quem ou o que está atuando, dado que um ator nunca está sozinho no cenário, nunca está sozinho em sua atuação” (LATOURE, 2008, p. 73). A zona de conforto causística, que explica a ação a partir da relação entre um elemento sobre outro e suas formas de hierarquia é deslocada para uma noção de ação pensada como um evento. Não basta mais dizer que o humano é assim porque o técnico é assaz ou vice-versa. A ação não é o que o ator faz – ela é distribuída, não é univocal, não cabe na identificação do ator-em-si: “por definição, a ação é deslocada. A ação é tomada como distribuída, sugerida, influída, dominada, tracionada, traduzida” (LATOURE, 2008, p. 74). Daí de se assinalar que se está tratando aqui de um ator-rede, e não simplesmente de “um ator” e de “uma rede”, em separados. Agência é uma atuação conjunta – não é algo característico de humanos e que pode ser estendido a não humanos. Assim, é comum encontrar nos trabalhos de Bruno Latour e de outros pesquisadores da Teoria Ator-Rede a utilização do termo semiótico actante, ou seja, qualquer coisa que atue ou que mova alguma ação (AKRICH; LATOURE, 1992). Nesse mesmo sentido, há ainda a utilização de uma voz verbal média (middle voice),

que não seria nem passiva, nem ativa. Comum em grego e na falta em outras línguas, poderia ser traduzida como o que “faz fazer”. Ela permite distribuir as certezas do que ou de quem está agindo (LATOURE, 1999) – traduzido nesta coletânea – Capítulo 3, sem a possibilidade de indicar com certezas o possível “sujeito” ou a causa da ação.

Cair na armadilha da simples colagem de “humano/sócio” e não humano/técnico” é fácil quando se fala em rede ou rede sociotécnica⁶. Foi assim que a noção de rede que vem da Teoria Ator-Rede começou a se tornar um problema no campo da cibercultura. Ela exigia o deslocamento da ideia de rede como sendo a própria internet “www” e no modo como ela era tradicionalmente trabalhada a partir da ótica da cibernética, naturalizada no campo da cibercultura. Essas redes da cibernética, se referem àquilo que transporta informações de conexão em conexão, por longas distâncias, em especial, mantendo essas informações intactas. Importa, nesse caminho, a relação entre a entrada e a saída de dados: ela é, nesse caso, um sistema fechado, complexo, com estruturas interiores desconhecidas, que no mais das vezes nem vale a pena conhecer, já que ele, na qualidade de sistema fechado, é por si só o elemento explicativo de qualquer modificação entre o que entrou e o que saiu, independentemente do que acontece lá dentro. Esse também parece ser o problema com a ideia de história e principalmente, de contexto – para não citar também, de sociedade, cultura, sistema, conjuntura, etc. Essas palavras funcionam também como uma espécie de sistema fechado – não sabemos o que acontece lá dentro, mas comparamos algo a partir de um ou outro momento da história ou entre um e outro contexto, suas modificações são autoexplicativas por esses aparentes sistemas, sem nos atentarmos, mais detalhadamente, para o que

⁶ Um exemplo emblemático disso aparece na clássica definição de ciberespaço, de Pierre Lévy (2003, p. 41): “[...] o ciberespaço não compreende apenas materiais, informações e seres humanos, é também constituído e povoado por seres estranhos, meio textos, meio máquinas, meio atores, meio cenários: os programas. Um programa, ou software, é uma lista bastante organizada de instruções codificadas, destinadas a fazer com que um ou mais processadores executem a tarefa. Através dos circuitos que comandam, os programas interpretam dados, agem sobre informações, transformam outros programas, fazem funcionar computadores e redes, acionam máquinas físicas, viajam, reproduzem-se, etc.”

acontece dentro deles. Já a Teoria Ator-Rede está justamente interessada nas traduções, nos desvios, nos “chiados” produzidos na associação. Enfim, o que está em proeminência é o eventual, performático, híbrido e não a distinção (purificação) entre “agente” e “agido”. As críticas que Bruno Latour apresenta ao longo de sua obra têm o intuito de dissolver as entidades – o social, o natural, técnico – ou quaisquer coisas que sejam acionadas de modo externo e autoexplicativo⁷. O que o GrupCiber passou a rever na última década diz respeito ao modo como a etnografia no contexto da antropologia do ciberespaço naturalizou os artefatos e as formas de acesso criando uma espécie de terreno paradoxal – que ao mesmo tempo é neutro e autoexplicativo. Neutro, porque, no mais das vezes o artefato parece cumprir o papel de “novo cenário” para um conjunto de fenômenos já bastante familiares para a maior parte dos antropólogos e autoexplicativo porque serve de adjetivo desse fenômeno nesse novo cenário. Não é entranho então que se anuncie etnografias sobre novas formas de sociabilidade no ciberespaço – violência no ciberespaço, pirataria no ciberespaço, consumo no ciberespaço, arte no ciberespaço, movimentos sociais e ativismo no ciberespaço – sem se dar conta de que se trata aqui de uma conjunção entre a velha metafísica da disciplina, que orienta o entendimento desses fenômenos em outros contextos e uma nova embalagem, forjada com a adjetivação do ciberespaço, do digital ou da rede.

⁷ Marilyn Strathern e Roy Wagner são dois antropólogos com os quais se pode fazer importantes conexões com a proposta crítica da Teoria Ator-Rede no que se refere ao questionamento de entidades autoexplicativas. O tema-crítica deles são as noções de sociedade ou cultura. Segundo Strathern (2006, p. 37), “[...] a ideia de sociedade parece um bom ponto de partida, simplesmente porque ela própria, como uma metáfora para organização, organiza muita da maneira pela qual os antropólogos pensam”. Não há a entidade sociedade – há elementos que eu reuno em minha descrição sob um rótulo que me estabelece critérios para a organização dessa descrição – e esse rótulo é a sociedade. No mesmo sentido, Roy Wagner (2010, p. 14), ao tratar da cultura, sugere que ela é “apresentada como uma espécie de ilusão, um contrapeso (e uma espécie de falso objetivo) para ajudar o antropólogo a ordenar as experiências”. Cultura não explica, cultura não é uma coisa, cultura como sociedade é um modo de organizar uma descrição de coisas. Nessa linha, passei a empregar a ideia de ator-rede em Bruno Latour como um modo de organizar descrições. Ela permite ver o modo como elementos que costumamos trabalhar em destaque atuam em conjunto. O construtivismo de Bruno Latour está justamente na forma como ele desloca para a associação aquilo que muitos buscam como essências, nos entes em si.

Por fim, outra questão importante em termos de construtivismo é a clareza que temos de ter de que as redes não existem por si só – elas são inventadas e são inventivas. Inventadas, porque as criamos. Olhamos, por exemplo, para trilhos de trem, linhas telefônicas e vemos redes. Olhamos para perfis de orkut “lincados” e vemos redes, seguimos pessoas no twitter e vemos redes. Elas são também inventivas pelo fato de que ao nos utilizarmos delas para descrever “um mundo”, o que resulta é um mundo por elas inventado ou criado. Mas as redes não estão lá nos trilhos do trem ou no twitter. Nós olhamos para essas coisas e vemos redes e elas nos permitem dar algum sentido para o que descrevemos. Ao partir de um ponto qualquer até outro formamos uma conexão e de conexão em conexão construímos uma rede – a escolha dos pontos (ou do que é um ponto para conectar) são decisões que se faz num jogo sutil entre imaginação teórica e elementos que sejam empiricamente relevantes. Nesse sentido, as redes são como rastros – eu olho para trás e vejo os rastros – e digo que é uma rede, mas esqueço que são meus rastros formando conexões a partir de pontos que decidi seguir por razões teóricas ou nativas – ela nunca “está lá” em si. A rede não é um dado é um resultado⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse capítulo eu procurei mostrar como o lugar ocupado pela antropologia no campo da cibercultura tem sido consolidado à custa do enfrentamento de importantes desafios. Na experiência particular do GrupCiber e sua relação estreita com o campo da comunicação no início de seus trabalhos, a revisão a ampliação da ideia de canal de

⁸ Na verdade essas crises não têm limites claros – já que hoje o próprio campo da cibercultura se vê às voltas com uma espécie de crise de identidade, pois ela, a cibercultura, não é mais uma posição confortável de objeto e, ao mesmo tempo, fonte externa de explicação de um conjunto de movimentos a ela referidos. Ao mesmo tempo, como nós na antropologia nos vemos diante de novos desafios, de problematizar a própria etnografia na disciplina e, mais especificamente, a partir de uma perspectiva sociotécnica, nos perguntar sobre como etnografar um ator-rede (SEGATA, 2014c), a comunicação se vê diante de desafios de solucionar os problemas que a etnografia, como promessa de solução de outros, levou a eles.

comunicação ou informação para aquela de um espaço social de relação foi fundamental. Ela envolveu a promessa da etnografia como uma alternativa à polarização entre apocalípticos e apologéticos e demandou a construção do cibernauta. Certamente, críticas como essas nos ajudaram a construir uma *antropologia no ciberespaço* e foram fundamentais para repensar, entre outras coisas, a etnografia na sua forma tradicional e nos fazer investir em novas possibilidades analíticas. Aos poucos o tema da internet foi ganhando lugar na antropologia, ainda que fosse necessário tratar *comunidades on-line*, *listas de discussão* ou *sites de relacionamentos* como as nossas aldeias para se inscrever em algum lugar das sociedades complexas. Contudo, como contestávamos a redução que a comunicação fazia da etnografia, como um método antropológico para a cibercultura, aos poucos o diálogo foi se tornando mais esparso. Enquanto o nosso nativo especial – o cibernauta – como também a própria ideia de um “espaço social” passaram a ser revistos com os diálogos com a Teoria Ator-Rede e a centralidade que a ideia de rede ou rede sociotécnica passou a ter em nossos trabalhos, na comunicação emergia a netnografia. Essa forma específica de etnografia praticada na internet era a reafirmação de pontos que para nós precisavam ser superados em favor do desfazimento das fronteiras entre “realidade” e “virtualidade” – ou do ciberespaço como uma externalidade.

O diálogo com a obra de Bruno Latour, que marca a segunda fase dos trabalhos do GrupCiber, teve como ponto-chave a reconsideração da natureza da ação por meio da noção de ator-rede. Seguindo Latour (1999; 2008), passamos a clarificar a ideia de que o ator não é uma peça que já está no tabuleiro e que depois age. Ele não se refere exclusivamente aos humanos, mas a um ente que se constitui apenas na ação. A ação é pensada como um evento e não como um ato que distribui sujeitos e objetos e suas causações. Nesse caso, o processo de construção de um nativo particular passava a ser revisto, de modo a recuperar a nossa capacidade de dar um passo a mais nas descrições, atentando-se aos muitos atores que constituem os coletivos. Nesse ponto, foi preciso convencer a antropologia de que não havia apenas gente e que por isso a ação é distribuída.

Finalmente, cabe afirmar que a antropologia da cibercultura (e

mais precisamente o ciberespaço) não é mais um *objeto* particular – uma especialidade antropológica para a qual o GrupCiber concentra seus esforços, mas um *meio etnográfico privilegiado* pelo qual nos inserimos também em um debate mais amplo na disciplina – o das relações entre humanos e não humanos (HOUDART; THIERY, 2011; LATOUR, 1999; 2008; 2009; RIFIOTIS *et al.*, 2011; 2012). O que nos move atualmente são os modos de escrever ações como eventos, sem causa e efeito, sem sujeito e objeto como entes localizados ou sem a polarização inerente a ideia de “múltiplas agências” (agência humana e agência não humana). Dos cibernautas às redes ou de Arturo Escobar a Bruno Latour, o nosso desafio tem sido o de pensar em políticas etnográficas para situações em que a representação antropológica é colocada no limite com a ideia de rastrear e descrever esses atores-rede.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana *et al.* Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista FAMECOS**, PUC/RS, ano 13, n. 20, p. 34-40, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela total**: mito-ironias do virtual e da imagem. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

BARNES, John. Redes sociais e processos políticos. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das sociedades complexas**: métodos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009. p. 159-195.

CASTELLS, Manuel. **The information age**: economy, society and culture. Volume 1: the rise of the Network Society. Oxford: Blackwell, 1996.

CIRICO GARCIA, Rafael Cesar. **Criônica, uma guerra fria**: um mapeamento de controvérsias sociotécnicas, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso [Bacharelado em Antropologia]. Florianópolis: UFSC, 2015.

ESCOBAR, Arturo. Welcome to Cyberia: notes on the anthropology of cyberculture. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 35, n. 3, 1994.

GUIMARÃES JR., Mario. J. L. **Vivendo no palácio**: etnografia de um ambiente de sociabilidade no ciberespaço. 2000. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: SILVA, T. T. (Ed.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 36-129.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. Londres: Sage Publications, 2000.

_____. **Virtual methods**: issues in social research on the internet. Londres, Berg Publishers, 2005.

HOUDART, Sophie; THIERY, Olivier. “Avant-Propos”. *In*: _____. (Ed.). **Humains Non Humains**: comment repeupler les sciences sociales. Paris: La Découverte, 2011.

JONES, Steve. **Doing internet research**: critical issues and methods for examining the net. London: Sage, 1999.

KOZINETTS, Robert. **Netnography**: doing ethnographic research online. Londres, Sage Publications, 2010.

LATOURE, Bruno. **Factures/fractures**: from de concept of network to the concept of attachment. [S.l.]: Autumm, 1999. p. 20-36.

_____. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoria del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LUNG, Alberto. **Seguindo as máquinas que nos seguem**: considerações sobre as relações entre humanos e não-humanos no website Twitter. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MACLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *In*: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca (Org.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 2008. p. 12-52.

MALGARIN FILHO, Marcello da Silva. **Mapeando controvérsias na arte digital interativa**. Natal/RN. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. *In*: LEMOS, A.; CUNHA, P. (Ed.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre, Sulina, 2003. p. 11-23.

MÁXIMO, Maria Elisa. **Compartilhando regras de fala**: interação e sociabilidade na lista eletrônica de discussão Cibercultura. 2002. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. **Blogs – o eu encena, o eu em rede**: cotidiano, performance e reciprocidade nas redes sociotécnicas. 2006. Tese (Doutorado) – Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MÁXIMO, Maria Elisa. *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço. *In*: MALDONADO, A. Efendy. *et al.* (Ed.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul, UNIDAVI, 2012. p. 293-319.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The internet**: the ethnographic approach. London: Routledge, 2000.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

PACCAGNELA, Luciano. Getting the seats of your pants dirty: strategies for ethnographic research on virtual communities. **JMCM**, [S.l.], v. 3, n. 1, junho de 1997.

PETRY, Dalila Floriani. **Seguindo minha participação no twitter**: descrição da experiência e interações vivenciadas a partir do Twitter. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. **Floresta de redes**: Pesquisa sobre o programa Floresta Digital. 2013. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2013.

RIFIOTIS, Theophilos. Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. In: RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; LACERDA, J.; SEGATA, J. (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010, p. 15-28.

_____. **Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço**: o lugar da técnica. *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 566-578, 2012.

_____. **Etnografia no ciberespaço como repovoamento e explicação**. Natal, RN. 29a Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* Redes sociotécnicas: hibridismos e multiplicidade de agências na pesquisa Cibercultura. In: MALDONADO, E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (Org.). **Comunicação, educação e cidadania**: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. João Pessoa/Natal: Editora UFPB/EDUFRN, 2011. p. 221-245.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica das pesquisas no ciberespaço. In: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* (Org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul e Natal: Editora UNIDAVI e Editora da UFRN, 2012. p. 286-319.

SEGATA, Jean. **Lontras e a construção de laços no orkut**: uma antropologia no ciberespaço. Rio do Sul: Nova Era, 2008a.

_____. Redes globais, laços locais: memórias da cidade de Lontras no Orkut. **Sociedade e Cultura**, [S.L.], v. 11, n. 1, jan.-jun. p. 70-80, 2008b.

_____. Entre agentes: a ANT, a antropologia e o ciberespaço. **Rastros**, [S.L.], v. 2, p. 78-92, 2009.

_____. E, quem não é fake? Sobre sujeitos no orkut. **Portas**, São Paulo, v. 3, 2010a. p. 18-35.

_____. Um local-global, um global-local: eu, a cidade de Lontras e o orkut. In: RIFIOTIS, Theophilos *et al.* (Org.). **Antropologia no Ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010b. p. 127-146.

_____. Tristes (psycho)tropiques: le monde des chiens dépressifs au sud du Brésil. In: KECK, Frédéric; VIALLES, Noëlie (Ed.). **Des hommes malades des animaux**. Paris, L'Herne, 2012a. p. 153-160.

_____. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação**. 2012. Tese (Doutorado) – Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012b.

_____. Os cães com depressão e os seus humanos de estimação. **Anuário Antropológico** [S.L.], 2011/2, p. 177-204, 2012c.

_____. A inventividade da rede. **Rastros**, [S.L.], v. XVI, n. 2, p. 139-149, 2013.

_____. O que faz um animal de estimação na antropologia? **Novos Debates**, [S.L.], v. 2, p. 123-130, 2014a.

_____. A agência de um projeto, o Paraíso vegetariano e outros inconvenientes com a humanidade dos animais de estimação na antropologia. **Revista Antropológicas**, [S.l.], v. 24, p. 45-65, 2014b.

_____. **O texto da rede**. Relatório de Pós-Doutorado em Antropologia Social. Florianópolis: GrupCiber/PPGAS-UFSC, 2014c.

_____. La cosmopolitisme de la dépression: biosocialité dans une ethnographie multi-espèce. **Vibrant**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 290-330, 2015a.

_____. Gatos fidalgos, cálculos renais e as humanidades de animais de estimação. **Vivência**, [S.l.], v. 1, p. 85-104, 2015b.

_____. A etnografia como promessa e o “efeito-Latour” no campo da cibercultura. **Ilha – Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 16, n. 1, p.69-95, 2015c.

_____. O ciberespaço, a etnografia e algumas caixas pretas. **Revista Z Cultural**, [S.l.], v. 1, p. 5-12, 2015d.

SEGATA, Jean *et al.* Admirável mundo novo? A cibercultura e os apocalípticos e apolíticos do ciberespaço. **Revista Caminhos – Dossiê Tecnologias**, Rio do Sul, ano. 2, n. 4, p. 17-26, 2011.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal). *In:* _____. **Questões fundamentais de sociologia**, Rio de Janeiro, Zahar, 2006. p. 65-84.

_____. O estrangeiro. *In:* _____. **Fidelidade e gratidão e outros ensaios**. Lisboa: Relógio D’Água, 2004a. p. 133-142.

_____. O segredo. *In:* _____. **Fidelidade e gratidão e outros ensaios**. Lisboa: Relógio D’Água, 2004b. p. 143-154.

TURKLE, Sherry. **O segundo eu**: os computadores e o espírito humano. Lisboa: Presença, 1989.

VELHO, Gilberto. “Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. *In:* _____. **Individualismo e sociedade**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 13-38.

VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas, Papirus, 1998.